

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

**CONSELHO SUPERIOR**

**Reunião ordinária de 30 de março de 2023**

**Ata 01/2023**

Na data acima citada, o Conselho Superior do IF Sul reuniu-se ordinariamente, sob a condução do presidente, Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram da web conferência os conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas: Alexandre Pitol Boeira, Alexandre Escuto, Alissandra Hampell, Ana Paula Silva, Anderson Araújo, Angelita Hentges, Arthur Bittencourt, Berenice Silva, Carlos Jesus Correa, Cecília Santos, Celso Silva Gonçalves, Cláudia Schwabe, Cleber Islabão, Cyro Castro Jr, Daniela Curcio, Daniele Souza, Daniella Schulz, Diego Serra, Eduardo Soares, Everton Felix, Felipe Montebianco, Fernanda Muller, Francilon Simões, Geovane Griesang, Itamar Hammes, Jeferson Fernando Wolff, John Anderson Costa, José Vitor Silva, Josiela Cavalheiro, Kellen Bierhals, Lauro Borges Jr, Laerte Karnopp, Lucas Vanini, Mack Leo Pedroso, Magda Santos, Manuella Nunes, Marcelo Borba, Marcelo Kwecko, Marcio Estrela de Amorim, Marco Antônio Vaz, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Marcos Schvants, Marcus Eduardo Ribeiro, Marcus Neves, Maristani Sppannenber, Marta Tessamnn, Mauro Giusti, Meirelis Oliveira, Michel Oliveira, Miguel Felberg, Moisés Beck, Mônica Neves, Rafael Bastos, Raissa Brum, Renata Porcellis, Rodrigo Nascimento, Rosane Bom, Ruhan Conceição, Ruti Ângela Barbosa, Silvio Trindade, Thiago Giusti, Veridiana Krolow Bosenbecker, Vinicius Martins, Vitor Dias, Viviane Dalmoro, Willian Menezes. Justificaram a não participação Fábio Lemes, Giulia Vieira, Gabriel Almeida, Manoel Porto Jr, Tomaz Souza, Vanilda Macedo e Willian Menezes. Intérpretes Alexandra, Anamarcy, Mônica. Iniciando a reunião, o presidente fez um relato da situação atual da instituição; mencionou a redução orçamentária de 12,2% no custeio. A busca pela recomposição tem sido buscada no MEC via Conif, tendo expectativas positivas. O valor correto da recomposição, em torno de 18%, será definido em abril. Também há perspectiva de maiores valores de investimento para a consolidação da Rede. Está sendo buscada a liberação de códigos de vaga para docentes e técnicos-administrativos. Destacou o trabalho que a Proen, junto com outras pró-reitorias vêm desenvolvendo nos câmpus em relação à permanência e êxito. O presidente empossou os representantes titulares e suplentes, para mandato ou complementação de mandato dos câmpus Camaquã, Lajeado, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Avançado Novo Hamburgo e da CPPD. A seguir, foi colocada em apreciação a **Ata 11/2022**, que foi **aprovada** pelos conselheiros, como segue:

Aprovação da ata 11/2022

**Sim: 39**

Não: 0

Abstenções: 4

Em continuidade, o presidente propôs a avaliação em bloco das Portarias **ad referendum nºs** (Jaguarão), **93** (calendário 3º semestre Lic. Pedagogia UAB), **94** (PPC e matriz Técnico Vestuário anual CaVG), **95** (PPC e matriz Técnico Vestuário subsequente CaVG), **96**

(calendário 2022 Técnico em Agroecologia), **98** (calendário 2023 cursos subsequentes Jaguarão), **101** (reformulação PPC e matrizes Técnico Administração Lajeado), **103** (criação de coordenação do Curso Superior de Licenciatura Câmpus Charqueadas), **106** (criação de coordenação Superior Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Câmpus Sapucaia do Sul), **108** (PPC, matrizes e programas EJA/FIC 2023), **109** (PPC, matrizes e programas Técnico em Hospedagem) e **112** (alteração calendários 2022 4º semestre cursos técnicos do Câmpus Sapucaia do Sul). Não havendo destaques para nenhuma das portarias, foram colocadas em votação e **homologadas**, como segue:

Aprovação das portarias ad referendum – pautas 1 a 12:

**Sim: 41**

Não: 0

Abstenções: 3

A diretora Ana Paula Silva apresentou o **RELATÓRIO DE GESTÃO** referente ao exercício de 2022. Não havendo manifestações dos conselheiros, o Relatório de Gestão foi levado à votação e **aprovado**, como segue:

Aprovação Relatório de Gestão

**Sim: 42**

Não: 0

Abstenções: 0

A seguir, a diretora Ana Paula Silva abordou o **PLANEJAMENTO ANUAL e os PLANOS DE AÇÃO** nos câmpus. Sobre a revisão do Planejamento Anual 2022, explicou que, considerando o momento de retomada das atividades presenciais, foram feitas adequações no planejamento, como a diminuição de objetivos para onde as ações seriam direcionadas. Das 332 ações planejadas, 74% foram iniciadas e 41% finalizadas. As que não foram iniciadas tiveram como justificativa o impacto da pandemia, a necessidade de manutenção de atividades em trabalho remoto, a retomada de calendários acadêmicos com atraso, indisponibilidade de orçamento e de pessoal e atendimento de outras demandas prioritárias. Em relação aos planos para 2023 houve modificação no método de trabalho, aprovada pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle. A mudança busca maior aproximação com as comissões locais de planejamento, elaboração de material de apoio, reuniões periódicas com as comissões, novo modelo de plano, redução de número de ações e monitoramento semestral. Informou que alguns planos ainda estão em finalização e dois câmpus ainda não apresentaram as informações. Destacou que em 2023, o foco será a permanência e êxito dos alunos. As informações estão disponíveis em [www.ifsul.edu.br/pdi](http://www.ifsul.edu.br/pdi). O presidente destacou a importância de todos trabalharem para atingir os objetivos do PDI e lembrou que muitas ações dependem de fatores ou investimento externos. Colocado em votação o **Planejamento anual** foi **aprovado**, como segue:

Aprovação Planejamento anual

**Sim: 42**

Não: 0

Abstenção: 1

Dr. Cyro Castro Jr. Abordou o **PARECER TÉCNICO COVID-19**. Explicou que os dados estão em constante evolução; que devem ser mantidos os cuidados, a prevenção e o monitoramento, especialmente nos grupos de risco; que parecer da semana anterior registrou aumento na taxa de transmissão da variante Ômicron. OMS recomenda atualização das vacinas e não considera importante ainda determinar o fim da pandemia. Conselheiro Mack Pedroso destacou a seriedade dos trabalhos de todas as COEs. Colocado em votação, O **Parecer** foi **aprovado**, como segue:

Aprovação Parecer Covid-19

**Sim: 43**

Não: 0

Abstenções: 1

O auditor Laerte Karnopp falou sobre o **RAINT 2022**. Explicou haver IN da CGU determinando forma, prazos e conteúdo do Raint e Paint. O Paint já foi publicado no site do IFSul e não precisa de aprovação do Conselho, sendo apenas apresentado. Explicou que dois pontos foram destacados: o trabalho realizado durante o ano: 5 trabalhos de auditoria prévia, estando os relatórios publicados no site e o monitoramento das recomendações, ao menos duas vezes ao ano. O conselheiro Mack Pedroso apresentou proposta para **INCLUIR NO CALENDÁRIO INSTITUCIONAL DE EVENTOS A DATA DE 17 DE MAIO COMO DATA DE COMBATE À HOMOFOBIA LGBTQIAP+Fobia**. Sugeriu que sejam feitas ações nessa data para dar mais ciência ao trabalho realizado pelos NUGEDS, visando estabelecer, na instituição, um momento de maior conscientização no sentido de respeito a esse grupo. Diretora Rosane Bom disse que a ideia já foi acolhida no GT dos NUGEDS. Neste ano já estarão sendo realizadas atividades na data; outras ações também serão implementadas. Conselheira Raissa Brum considera que a data dará mais visibilidade aos estudantes. Levada à votação, a proposta foi **aprovada**, como segue:  
Aprovação do dia de Combate à homofobia LGBTQIAP+Fobia, dia 17/05:

**Sim: 42**

**Não: 0**

**Abstenções: 01**

O conselheiro Lauro Borges Jr. Manifestou-se sobre a necessidade e a importância de **DEBATE E TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO**. Lembrou de já ter havido uma data de luta pela revogação da proposta; que o movimento tem crescido, com manifestos em atos e abaixo-assinados. Considera fundamental que o Conselho se alinhe à luta contra as mudanças. Conselheira Daniela Curcio lembrou que o Consup já endossou proposta vinda do Sinasefe, em 2018. Conselheiro Francilon Simões informou que o Sinasefe está organizando, em conjunto com a reitoria, o seminário em defesa do ensino médio integrado, para maio, e uma das pautas é a reforma do ensino médio. Conselheiro Marcus Ribeiro disse que, em 6 de maio, o câmpus vai promover atividade sobre a proposta do ensino médio dos IFES, servindo de modelo para a escola base. Presidente disse que o Conif está fazendo trabalho junto à base parlamentar; inclusive propondo a criação de uma frente parlamentar mista em defesa dos institutos federais. Foi **aprovada** a emissão de **um manifesto** pela revogação do Novo Ensino Médio, cujo texto deverá ser apresentado para avaliação dos conselheiros até o fim desta reunião, como segue:  
Aprovação de manifesto pela revogação do Novo Ensino Médio

**Sim: 40**

**Não: 0**

**Abstenções: 0**

O servidor Miguel Felberg apresentou o **REGULAMENTO DE ESTÁGIOS**. Explicou que a atualização se deve à necessidade de adequação às leis, como uso de linguagem não sexista, substituição de termos, inclusão de capítulo específico para estudantes com necessidades específicas, critérios mais específicos para renovação do estágio não obrigatório, estágio obrigatório e não obrigatório incluídos no mesmo regramento, seguro dos produtores rurais, possibilidade de estágio de forma remota ou híbrida, reformas trabalhistas, estágios internacionais. Conselheiro Alexandre Escouto questionou o art. 24, pois considera não estar claro se a referência é para novos contratos ou se abrange os vigentes. Miguel Felberg explicou que a lei federal de 2008 dá garantia de vale-transporte para os estagiários (estágio não obrigatório), então houve mudanças. Conselheiro Alexandre Escouto propôs a retirada do caput do art. 37, uma vez que invalida o art. anterior. Levada à votação, a proposta foi aprovada, como segue:

**Aprovação da retirada do caput do art. 37**

**Sim: 30**

**Não: 1**

**Abstenções: 9**

Em relação ao art. 62, o conselheiro Alexandre Escouto disse não ficar claro quem decide o que são situações excepcionais; sugeriu incluir a função de quem seria o responsável, para garantir

a aplicabilidade do artigo. O presidente sugeriu excluir “em situações de excepcionalidade”. Foram colocadas em votação as duas propostas, sendo **aprovada a retirada da expressão**, como segue:

Art. 62

Manter o artigo original: 6

**Retirar “em situações de excepcionalidade”: 18**

Abstenções: 14

O conselheiro Everton Felix manifestou-se sobre o art. 23, dizendo que não deveria ser tratado como excepcionalidade para o nível técnico integrado, mas sim expandir para todos os níveis. Sugeriu a redação: “O estágio não obrigatório deve ser realizado, preferencialmente, em atividades relacionadas ao curso.” Levadas a votação as propostas, foi aprovada a sugestão do conselheiro, como segue:

Art. 23

Manter artigo original: 2

**“O estágio não obrigatório deve... ao curso”: 18**

Abstenções: 12

Diretor Carlos Correa considerou que o art. 23, já aprovado, dá margem a que o estudante realize estágio não obrigatório em áreas não relacionadas à atividade fim, o que vai de encontro à função do estágio. Servidor Miguel Felberg confirmou que o novo texto do artigo contraria a lei do estágio e considera que o texto original deve ser mantido. O presidente ratificou o posicionamento do Conselho de não alterar votações anteriores. Definiu que a redação aprovada do art. 23 será encaminhada à Procuradoria, para que ela emita parecer, indicando se houve ou não contrariedade à lei que rege os estágios. Conforme a resposta, a discussão voltará em próxima reunião. Até lá fica sub judice a interpretação da nova redação. Conselheira Daniela Curcio manifestou-se sobre o art. 1º, § 3º, dizendo que os termos “competências e habilidades” (que se repetem em outros artigos), não dialogam com a educação integrada e propôs a supressão, também nos outros artigos. “Conhecimentos” seria suficiente. Levadas à votação, as propostas de **supressão foram aprovadas**, como segue:

Art. 1º - parágrafo 3º

Manter a redação original: 4

**Retirar “competências e habilidades”: 21**

Abstenções: 10

Art. 3º - Inciso XX

Manter redação original: 3

**Excluir “competências e habilidades “ e incluir avaliação de conhecimentos adquiridos: 23**

Abstenções: 9

Art. 29

Manter redação: 2

**Retirar “em competências específicas”: 18**

Abstenções: 13

Havendo diferentes propostas para a redação do inciso XX do art. 58, Art. 58 – Inciso III, foram levadas à votação, **aprovando-se a alteração**.

Manter a redação original: 1

**Alterar a redação: 20**

Abstenções: 12

Aprovada a alteração do texto, foram levadas à votação as propostas feitas:

**Contribuir para a construção de conhecimento do/a estagiário/a: 10**

Contribuir para o desenvolvimento da qualificação profissional pelo/a estagiário/a: 9

Abstenções: 14

Em relação ao art. 38, a conselheira Daniela Curcio sugeriu que seja trocado de “na educação superior” para “qualquer nível, desde que em conformidade com o PPC do curso. Levadas à votação, foi **aprovada a alteração sugerida**, como segue:

Art. 38

**Retirar “na educação superior”: 24**

Abstenções: 9

Conselheira Daniela Curcio manifestou-se sobre as incompatibilidades verificadas nos registros acadêmicos ao migrarem para o SUAP; é necessário que a rotina dentro do SUAP fique de acordo com a forma como funcionam os estágios na instituição. Neste regulamento não aparecem prazos para acompanhamento do orientador, o que é cobrado pelo SUAP. Servidor Miguel Felberg explicou que o módulo SUAP/estágios está sendo trabalhado com a DTI para adequação ao regulamento. Não havendo outras manifestações, o **regulamento** foi submetido a à votação, mesmo com a situação do art. 23, que fica valendo com a aprovação, mas que, se houver parecer jurídico contrário, será trazido ao Conselho para nova avaliação e **aprovado**, como segue:

Aprovação do regulamento de Estágios

**Sim: 31**

Não: 0

Abstenções: 2

Entraram em apreciação a **atualização do PPC lato sensu Especialização em Educação: a pesquisa como princípio pedagógico e seu Regulamento**, do Câmpus Venâncio Aires. Conselheira Ruti Oliveira explicou que a atualização faz a adequação atende à realidade social e profissional no contexto da educação. **Ambos foram aprovados**, como segue:

Aprovar PPC e Regulamento do curso:

**Sim: 30**

Não: 0

Abstenções

Foi debatida a seguir a **Alteração da redação da IN 01/2019**. Diretora Rosane Bom explicou que não há uma nova redação, mas se trata de concentrar todas as informações acrescidas por resoluções desde sua criação em um único documento. Levada à votação, foi **aprovada**, como segue:

Aprovação da unificação das resoluções da IN 01/2019

**Sim: 29**

Não: 0

Abstenções: 2

O presidente propôs avaliação e votação em conjunto das pautas que tratam de Projetos pedagógicos dos cursos: **PPC e programa de disciplinas primeiro semestre Curso Superior de Formação pedagógica para Graduados não Licenciados Câmpus Pelotas**, **PPC e programa de disciplinas primeiro semestre Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet Câmpus Pelotas**, **PPC e programa de disciplinas primeiro semestre Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental Câmpus Pelotas**, **PPC e programa de disciplinas primeiro semestre Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Civil Câmpus Passo Fundo**, **PPC Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Câmpus Venâncio Aires**, **PPC e programa de disciplinas primeiro semestre Curso Superior de Bacharelado em Engenharia Mecânica Câmpus Sapucaia do Sul**, **PPC e programa de disciplinas primeiro semestre Curso Superior de Bacharelado em Ciências da Computação Câmpus Passo Fundo**, **PPC e programa de disciplinas primeiro semestre Curso Superior de Licenciatura em Computação Câmpus Pelotas**, **Reformulação de PPC e matrizes Curso Técnico Administração Câmpus Lajeado**, **Reformulação de PPC e matriz curricular Curso Técnico Vestuário subsequente CaVG**, **Reformulação de PPC e matriz curricular Curso Técnico Vestuário integrado CaVG**, **PPC e matriz curricular Curso Técnico Binacional em Hospedagem Câmpus Santana do Livramento**, **Reformulação PPC e POV Curso Técnico Administração Integrado Câmpus Sapucaia do Sul** e **PPC e matriz curricular 24 cursos de qualificação primeiro semestre 2023**. Não havendo considerações sobre nenhum dos documentos, foram **aprovados**, como segue:

**Sim: 31**

Não: 0

Abstenções: 2

O presidente leu o **Manifesto** elaborado em repúdio à reforma do ensino médio. Conselheiro Alexandre Escouto considerou que devemos nos colocar na posição de resistir, de revogar, uma vez que a reforma já foi aprovada. Conselheira Daniela Curcio reforçou que a posição deve ser de confirmar que não vamos fazer as alterações e que não estamos de acordo com o que está posto na reforma; a autonomia garantida na lei de criação dos institutos nos dá tal prerrogativa.

Alteração no primeiro parágrafo:

Opção 1: Os conselheiros do Conselho Superior do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Em reunião ordinária, realizada em 30 de março de 2023, vem a público ratificar a posição contrária à proposta do novo Ensino Médio pelo governo federal, conforme manifesto aprovado por este Conselho pela Resolução 008/2018, em 28 de março de 2018, por entender que essas são formas de proposição de mudanças autoritárias e desrespeitosas com a sociedade civil. (original)

**Opção 2: Os conselheiros do Conselho Superior do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Em reunião ordinária, realizada em 30 de março de 2023, vem a público ratificar a posição pela revogação da Lei Federal 13415/2017, sobre a “reforma” do Ensino Médio instituída pelo governo federal, conforme manifesto já aprovado por este Conselho pela Resolução 008/2018, em 28 de março de 2018, por entender que essas são formas de proposição de mudanças autoritárias e desrespeitosas com a sociedade civil.**

Aprovação redação do parágrafo 1º:

Opção 1: 8

**Opção 2: 14**

Abstenções: 10

Sobre o segundo parágrafo, o conselheiro Marcos Betemps propôs que fosse alterado para “ensino médio integrado ao técnico”. Tendo havido consenso com a proposta, não houve necessidade votação.

Para o quarto parágrafo houve proposta de nova redação, como segue:

Opção 1: Há o entendimento de que mudanças tão significativas na Educação, como a proposta desta reforma, não podem ser realizadas na urgência, sendo preocupante que mudanças sejam feitas de forma atribulada. Portanto, reafirmamos posição de não realizar modificações nas ofertas de cursos técnicos, motivadas pela chamada reforma do ensino Médio, estabelecida pela Lei 13.415, de 2017. (original)

**Opção 2: Há o entendimento de que mudanças tão significativas na Educação, como esta sendo conduzida esta reforma, não podem ser realizadas na urgência, sendo preocupante que mudanças sejam feitas de forma atribulada, sem uma discussão e participação da sociedade civil, bem como daqueles que atuam diretamente no Ensino Médio. Portanto, reafirmamos posição de não realização de modificações nas ofertas de cursos técnicos, motivadas pela chamada reforma do ensino Médio, estabelecida pela Lei 13.415, de 2017.**

Abstenções: 6

Aprovação redação parágrafo 4º

Opção 1: 1

**Opção 2: 22**

Abstenções: 6

Foi levado à votação a aprovação global do **manifesto, aprovado**, como segue:

Aprovação do manifesto a favor da revogação do novo ensino médio

**Sim: 29**

Não: 0

Abstenções: 0

Nada mais havendo a ser tratado, eu, Stela marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que após lida, apreciada e votada pelos conselheiros será publicizada.